



**EXIGÊNCIA DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO PARA O TRABALHO NA INDÚSTRIA:
SINTOMA DO ESVAZIAMENTO DA QUALIDADE DA ESCOLA BÁSICA?**

Inge Renate Fröse Suhr – UFPR

Acácia Zeneida Kuenzer – UFPR

Resumo: Este texto apresenta as análises parciais de uma pesquisa que investiga as motivações que levam a indústria a exigir a conclusão do ensino médio como pré-requisito para a contratação de seus funcionários. Objetiva-se analisar a qualidade social deste nível de ensino tendo como referência a necessidade da inserção produtiva para a sobrevivência do trabalhador na sociedade capitalista. Por meio de entrevistas com trabalhadores de “chão de fábrica” e gestores de Recursos Humanos de duas grandes empresas do setor metal mecânico, foi possível observar que apesar da exigência de escolaridade, o trabalho na produção ainda é muito baseado no conhecimento tácito e na experiência, sendo altamente valorizados também os cursos de formação profissional – especialmente quando oferecidos pelo SENAI. As análises iniciais indicam ainda que o trabalho realizado não implica em domínio dos princípios científicos e tecnológicos presentes no processo produtivo. Estes dados, nos levam a levantar a hipótese que a exigência de conclusão do ensino médio para contratação se coloca por outras razões, dentre as quais ressaltamos o desenvolvimento de um disciplinamento necessário à organização da produção flexível e o esvaziamento dos conteúdos da escola, elementos que serão melhor investigados no decorrer da pesquisa.

Palavras-chave: inserção produtiva, ensino médio, função social da escola.

Introdução

A intenção deste texto é apresentar as análises parciais da pesquisa em andamento cujo objeto é investigar em que medida a conclusão do ensino médio vem contribuindo para a ampliação das possibilidades de uma inserção menos precarizada no trabalho.

Compreendemos educação como possibilidade de emancipação do ser humano e não como preparação para o mercado, mas entendemos que a inserção no trabalho é, sob o capitalismo, condição necessária para a sobrevivência do trabalhador e, inclusive, contraditoriamente, para que ele possa alçar níveis mais elevados de compreensão da realidade na qual vive. Para Frigotto (2002, pg. 15), o trabalho é um direito, pois é por meio dele

que os indivíduos podem criar, recriar e reproduzir permanentemente sua existência. Impedir o trabalho, mesmo em sua forma capitalista de trabalho alienado, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a própria vida e, quando for o caso, a dos filhos.

Daí a importância de investigar em que medida a conclusão do ensino médio vem contribuindo para a ampliação das possibilidades de uma inserção menos precarizada no trabalho.

Para Marx o trabalho assume uma dupla dimensão e, além de permitir ao ser humano produzir sua vida, ele também o leva a transcender a mera necessidade, criando objetos, bens, ferramentas, etc., que não estão determinados pelo reino da necessidade e sim, pelo reino da liberdade.

Exatamente por esta dupla dimensão – necessidade e liberdade – trabalho é direito e dever de todos os seres humanos e o não acesso a ele por uma parte da população é duplamente cruel. Além de comprometer a sobrevivência, impede a emancipação e reduz a vida humana à condição, quase animal, de apenas “sobreviver”.

Na atualidade, instituições de força no cenário nacional, tais como a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e o MEC nos seus documentos, vêm apontando a ampliação do nível de educação como estratégia para promover o acesso ao trabalho e a condições mais dignas de vida.

Segundo tal concepção a conclusão da educação básica por parte do trabalhador seria pré-requisito para a elevação da produtividade nas indústrias e para o desenvolvimento da nação num momento histórico em que há incorporação crescente de ciência e tecnológicos processos produtivos e a competitividade em nível internacional precisaria ser buscada pela economia brasileira.

Partimos do pressuposto que este discurso é falacioso e que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem características próprias, embora relacionadas às mudanças em âmbito internacional. As transformações técnicas geradas pela reestruturação produtiva, assim como as mudanças na organização da produção, atingem as empresas nacionais de maneira peculiar e limitada e a competitividade em nível internacional é buscada, inclusive, por meio da exploração de mão-de-obra precarizada.

Deitos (2001) observa que, no caso brasileiro, nas últimas quatro décadas a produção e a transmissão do saber não se constituíram em elemento propulsor de mudanças nas relações de produção. Ao contrário do que apregoa o discurso oficial, as empresas têm optado por empregar trabalhadores cuja mão-de-obra é mais barata, o que demonstraria um subinvestimento em capital humano e maior investimento em tecnologia.

Antunes (2002, pg 40) afirma que

como o capital não pode eliminar o *trabalho vivo* do processo de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar *sem limites* o trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico, aumentar a *produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobre-trabalho em tempo cada vez mais reduzido*.
(grifos do autor)

Nessa mesma direção, ao tomar a categoria *arranjos flexíveis de competências diferenciadas*, Kuenzer (2007, pg 1167), aponta que além do uso diferenciado da tecnologia nos diversos pontos das cadeiras produtivas, há “combinação entre

trabalhos desiguais e diferenciados (...), o que traz demandas diferenciadas, e desiguais, de qualificação dos trabalhadores” com o objetivo de manter a produtividade por meio da redução do custo de produção. Desde o trabalho altamente qualificado ao mais simples, todos têm espaço nas cadeias produtivas, mas numa lógica de super-exploração na qual o uso da mão-de-obra é ampliado ou reduzido de acordo com o fato dele favorecer – ou não – a possibilidade de lucro.

Analisando a inserção no trabalho, Ribeiro e Neder (2009), Suhr (2004), Mattos e Biancheti (2009), demonstram que a ampliação da escolaridade no passado recente não tem conseguido garantir o acesso dos jovens mais pobres a postos de trabalho mais valorizados.

Ribeiro e Neder (2009, pg 505) afirmam que a elevação do nível de exigência no que se refere à escolaridade nem sempre tem a ver com a necessidade de qualificação e sim, que

os requisitos em relação ao nível de escolaridade dos candidatos ao posto de trabalho se elevaram para postos de trabalho que não exigem mão de obra qualificada. Essas empresas implementam essa estratégia no intuito de reduzir seus custos de recrutamento e seleção, pois um menor nível de escolaridade acarretaria um grande número de candidatos à vaga. Além disso, os empresários têm à disposição grande contingente de pessoas qualificadas em busca de ocupação.

Tomando por referência as contribuições dos pesquisadores acima citados, buscou-se, na pesquisa em curso, analisar as relações entre a escolaridade exigida para a contratação e o tipo de ocupação exercida pelo trabalhador e, a partir daí, refletir sobre o papel social do ensino médio no atual momento histórico.

A posição dos sujeitos da pesquisa

A estratégia escolhida para a realização da pesquisa é o estudo de caso, que segundo (Yin, 2005) permite uma investigação empírica um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real. Considerando que a indústria tendencialmente concentra maior complexidade tecnológica e, por isso mesmo, gera postos de trabalho que, em tese, exigiriam maior aporte de conhecimentos da base científico-tecnológica por parte dos trabalhadores, o objeto investigado é o trabalho realizado no setor secundário da economia, pelo trabalhador que tem ensino médio completo.

Foram selecionadas duas empresas de grande porte do setor metal-mecânico de Curitiba e Região Metropolitana nas quais foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com profissionais responsáveis pela seleção e contratação de mão-de-obra e com trabalhadores que tenham ensino médio de formação geral. Para ampliar o quadro de análise foram entrevistados também profissionais de empresas terceirizadas de recrutamento e seleção de mão-de-obra que atendem o setor industrial e profissionais da Agência do Trabalhador de Curitiba.

É unanimidade entres os sujeitos da pesquisa a percepção que a exigência de conclusão do ensino médio já se tornou regra no mercado de trabalho de Curitiba e região, seja para o comércio, prestação de serviços ou indústria. Quando questionados sobre a razão desta exigência os entrevistados afirmam que o plano de cargos e salários das empresas além da necessidade de certo nível de conhecimento para participar dos treinamentos, mais do que as exigências imediatas do trabalho, é que justificam esta exigência.

Para o gestor de RH de uma das indústrias pesquisadas, a empresa está, cada vez mais, precisando de habilidades cognitivas mais desenvolvidas, mesmo que no dia-a-dia da produção pessoas com menor nível de formação pudessem executar o trabalho sem problemas. Inicialmente ele afirma que na produção propriamente dita a escolaridade não seria necessária:

...ele pode montar caminhão sem ter 2º grau? Pode! Não tem problema nenhum e na indústria automobilística, diferente da nossa, muito mais ainda! Nessas montadoras nós temos montagens de 30 segundos às vezes, o normal é um minuto. Que habilidade eu preciso ter para um trabalho que se repete milhares de vezes, de maneira automática? Eu posso nem saber ler e escrever. Alguém me diz: ponha esse parafuso ali, com essa ferramenta e eu vou colocar.

Mas, logo a seguir, completa o pensamento referindo-se à intenção da empresa em contar com o trabalhador para sugerir melhorias, aprender novos procedimentos, para o que a escolaridade seria essencial:

Eu estou pedindo para ele fazer a montagem, mas eu também estou pedindo que ele, assim que ele possa, tenha condição de observação do processo, que ele sugira, faça sugestões de melhoria no processo. Eu estou pedindo ao mesmo tempo, através dos treinamentos que a gente está oferecendo para ele, conceitos, por exemplo, da filosofia LIN, que utilizem ferramentas como KAIZEN, que é melhoria contínua, KANBAN, que é para controle de estoques, (...). Isso tudo não pode ser feito por alguém que não tenha educação formal.

Os trabalhadores desta mesma empresa se referem muito à possibilidade de crescimento na carreira, para o que consideram a escolaridade um ponto importante, o que leva vários a continuarem investindo nos estudos em nível superior. Segundo eles a empresa deseja e valoriza a busca por novos conhecimentos na área de atuação, para o que promove treinamentos no decorrer de todo o ano. A participação em tais treinamentos seria, além do nível de escolaridade e da experiência, pré-requisito para ascensão na empresa.

Também numa das empresas terceirizadas de recrutamento e seleção de mão-de-obra ouvimos referência à expectativa das empresas em contarem com pessoas que possam ser, posteriormente, aproveitadas em outros cargos e funções que não do “chão de fábrica”.

A multinacional já vem com certo padrão de exigência, (...) eles querem investir no profissional que venha a ser o efetivo e que esse profissional, no futuro, seja um gerente, um engenheiro da organização. Por isso é que é exigido um nível de escolaridade. (Z., recrutadora de empresa terceirizada)

J, responsável pelo setor de treinamentos de uma das empresas pesquisadas, corrobora esta afirmação, pois considera que a conclusão do ensino médio é importante para o crescimento profissional. Segundo ele os trabalhadores “entram e querem crescer na empresa”.

Além de considerarem o ensino médio um critério mínimo para participar de processos seletivos, vários trabalhadores comentam que hoje este nível de ensino já não é diferencial e se referem à necessidade de voltar a estudar para continuarem “empregáveis”. Infelizmente o sonho de continuar estudando não aponta para a abertura de possibilidades maiores e sim, de manutenção do emprego e crescimento na empresa já que para os recrutamentos internos (em ambas as empresas) há

exigência de conclusão de determinado nível para que o trabalhador possa concorrer.

Os trabalhadores entrevistados atuam na linha de produção, como montadores ou como supervisores de equipe. Ao relatarem o trabalho que executam se referem à realização de tarefas numa sequência pré-determinada num tempo também definido. Em ambas as empresas os montadores recebem as peças vindas do setor de logística já em “kits” e as montam, na sequência pré-definida. Numa das empresas a sequência de montagem vem descrita num documento, motivo pelo qual a leitura é considerada necessária pelos operadores. Esta sequência de montagem é repetida no decorrer do turno de trabalho e, numa das empresas, na qual há muita referência ao ritmo muito acelerado de trabalho, ocorre o rodízio de postos de trabalhos dentro da mesma equipe várias vezes no decorrer do turno. A justificativa para o rodízio, segundo os trabalhadores, é a questão da ergonomia e, conseqüentemente, o risco de doenças laborais. Embora, em tese, executar mais tarefas ao invés de ficar preso a um só posto de trabalho pudesse ser uma possibilidade de maior conhecimento do processo e, portanto, de uma visão menos “estranhada” do trabalho, não é essa a percepção dos entrevistados, até mesmo porque o rodízio se dá apenas no interior de uma mesma equipe (time) de trabalho e a produção é dividida em três grandes áreas: armação, pintura e montagem. Exceto em casos raros, o trabalhador é contratado para uma determinada área e nela permanece o que, para os entrevistados, tem o objetivo de desenvolver a experiência dos operadores e a rapidez na produção.

Na outra empresa, onde o ritmo de trabalho é percebido pelos trabalhadores como sendo mais respeitoso, o rodízio tem outras características. O trabalho também é dividido por equipes, responsáveis por um determinado processo, como por exemplo, cabine, chassi, etc. Do mesmo modo, cada operador tem uma tarefa específica, que repete no decorrer do turno de trabalho, descrita no documento orientador que é disponibilizado pelas equipes de supervisão diariamente. O rodízio, diferente da outra empresa, acontece por um acordo estabelecido entre os próprios trabalhadores da equipe se for de seu interesse. Além disso, à medida que o trabalhador já conhece bem o processo todo da equipe, vai sendo transferido para outros setores. Segundo o gestor de RH desta empresa, há interesse que os trabalhadores passem por várias funções, para que dominem o processo de maneira mais global e possam, com o tempo, atuar como supervisores ou mesmo participar de processos internos de seleção para cargos mais elevados na hierarquia.

Os trabalhadores desta empresa consideram muito positiva esta forma de rodízio e anseiam por ela, pois consideram a transferência sinal de reconhecimento de que realizaram um bom trabalho e podem desenvolver novos conhecimentos. A passagem por vários setores é apontada por eles também como ampliadora da experiência necessária para participarem de recrutamentos internos.

Apesar de todos os entrevistados considerarem a conclusão do ensino médio essencial para a inserção no mercado, quando questionados sobre os conhecimentos adquiridos no ensino médio usados no dia-a-dia de trabalho, há menção apenas a conhecimentos básicos que, em tese, deveriam ter sido desenvolvidos no ensino fundamental. Para a grande maioria dos entrevistados o trabalho que realizam tem caráter eminentemente prático, para o qual o conhecimento científico não é necessário. Quando instigados nesse sentido afirmam que usam matemática básica, leitura e interpretação de texto, assim como rudimentos da escrita. São enfáticos em afirmar que os conhecimentos mais aprofundados das diversas áreas do conhecimento, que são, segundo as Diretrizes

Curriculares Nacionais, objeto de estudo do ensino médio, não são necessários para seu trabalho. É interessante observar que aspectos de disciplinamento, tais como “aprender a respeitar limites”, “aprender a se comportar em grupo e respeitar hierarquia” são citados também como conteúdos desenvolvidos na escola usados no dia-a-dia. Finalmente, há referências à “abertura de visão de mundo” e ao desenvolvimento da capacidade de comunicar-se com outras pessoas.

Muito mais do que a escola regular (educação básica) os trabalhadores consideram de grande relevância para o trabalho que realizam a experiência e a realização de cursos de formação profissional de curta duração, tais como mecânica básica, solda, mecânica industrial. Também quando questionados sobre o que consideram diferencial para sua contratação referem-se enfaticamente à experiência anterior. Ainda nessa direção, consideram que o ingresso na área de atuação, seja nesta ou em outra empresa anterior – na qual desenvolveram a experiência – se deve, em grande parte ao fato de terem cursos de formação profissional.

Há níveis diferentes de valoração dos cursos profissionalizantes, tanto pelos trabalhadores quanto pelos recrutadores, sendo os oferecidos pelo SENAI – que não são gratuitos e têm processos seletivos para o ingresso – considerados de qualidade muito superior aos da iniciativa privada. Vale ressaltar que a conclusão do ensino médio é apontada pelos trabalhadores como relevante por propiciar o nível de escolaridade exigido para participar dos cursos de formação profissional oferecidos pelo SENAI, esses sim, diferenciais numa seleção para o setor industrial.

Primeiras análises

Na fase em que se encontra a pesquisa ainda não é possível realizar análises conclusivas, mas os dados levantados permitem apontar alguns pontos a serem aprofundados no decorrer do trabalho.

Como o trabalho realizado pelos entrevistados do “chão de fábrica” nas empresas pesquisadas não implica em domínio dos princípios científicos e tecnológicos presentes no processo produtivo, somos levados a inferir que a exigência de conclusão do ensino médio para contratação se coloca por outras razões, dentre as quais ressaltamos o desenvolvimento de um disciplinamento necessário à organização da produção flexível e o esvaziamento dos conteúdos da escola.

Os entrevistados se referem o tempo todo ao trabalho em equipes, à capacidade de aprenderem com os colegas, além de citarem como contribuições da escola ao seu trabalho a disciplina, o desenvolvimento da capacidade de memorizar, o respeito à hierarquia. Tais elementos podem estar denotando que o ensino médio tem contribuído menos para a aquisição de conhecimento e mais para o desenvolvimento de certas habilidades e competências básicas (como prevê o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio) a serem posteriormente aprimoradas pela formação profissional específica ou na própria prática laboral.

Nesse sentido se colocaria o que é apontado por Kuenzer em várias obras, ou seja, embora haja, realmente, mudanças nas demandas para a vida cidadã de todas as pessoas, do ponto de vista da produção, não é necessário estender a todos esse mesmo acesso. Seguindo este raciocínio podemos supor que há expectativas bastante diversificadas do setor produtivo em relação aos quesitos de contratação de seus funcionários, valorizando, em muitos casos, a formação técnica e a experiência, elementos favorecedores de uma rápida adaptação do trabalhador à empresa, não impactando negativamente na produtividade. Isso poderia estar indicando que

importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez (KUENZER, 2007, pg.1168)

Braverman (1987) contribui para compreendermos como, apesar do alto nível de ciência e tecnologia embutidas na produção atual, o trabalhador individual não precisa, necessariamente, ter domínio dos princípios que regem a produção. Segundo este autoros níveis crescentes de desenvolvimento da tecnologia impulsionam as empresas a uma corrida impetuosa na qual o domínio da ciência e da tecnologia são mercadorias essenciais. As inovações tecnológicas têm como elemento inovador o fato de eliminarem progressivamente as funções de controle que antes cabiam ao trabalhador. Em consequência, ocorre um decréscimo geral na especialização exigida aos trabalhadores. As contribuições do autor permitem concluir que a inovação tecnológica retira paulatinamente do trabalhador o saber sobre seu próprio trabalho, o que permite à empresa, dispensar a presença de um número elevado de profissionais altamente capacitados. É possível depreender, portanto, que a organização da produção em base flexível, fortemente apoiada na incessante incorporação da tecnologia, favorece a exploração do trabalho e a expropriação do trabalhador do saber específico de sua profissão.

Mas, se o nível de conhecimento necessário para a produção é o básico (no sentido de mínimo) como se justifica o discurso da necessidade de ampliação da escolaridade, que cada vez mais tem levado os trabalhadores a buscar o ensino médio e mesmo o superior em busca de desenvolverem a “empregabilidade”?

Segundo análise empreendida por Melo (2010) o conceito de empregabilidade empurra para o próprio trabalhador a responsabilidade pelo ingresso e permanência no mercado de trabalho num mundo em que não há emprego para todos. Assim, o “insucesso” da escola em oferecer a todos o domínio dos conhecimentos necessários para uma vida digna na qual o acesso ao trabalho é um direito, longe de ser um problema, é orgânico ao movimento do capital neste início de século, apesar dos discursos oficiais e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) afirmarem o contrário.

O autor aponta ainda que segundo a concepção dos empresários, representados pelos documentos da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), muito mais do que favorecer a aquisição de conhecimentos científicos, a escola deveria promover a uma educação voltada ao “aprender a ser”. Dito de outra forma, para favorecer a produtividade por meio da elevação da escolaridade, seria mais importante desenvolver uma nova subjetividade, flexível, empreendedora, que aceite como naturais as atuais condições de trabalho impostas pela produção flexível, do que investir na aquisição de uma ampla base científica. Esta só seria necessária a um grupo reduzido de trabalhadores, do que Harvey (2001) denomina como sendo os do núcleo. Ainda, segundo Melo, a tese dos empresários (que penetrou fortemente no senso comum e mesmo nas políticas educacionais) segundo a qual a educação básica deve desenvolver habilidades e competências que favoreceriam a rápida aprendizagem do trabalho na empresa, representa, na verdade, a subordinação da formação humana à formação laboral.

Levantamos a hipótese que a exigência de conclusão do ensino médio pela indústria se coloca por dois elementos. O primeiro deles é que a definição deste

nível de escolaridade assume o papel de ser o “ponto de corte” para facilitar a seleção dos melhores, já que, pela expansão do acesso à escola, atualmente é grande o número de trabalhadores com ensino médio completo. O segundo, relacionado ao primeiro, se refere ao esvaziamento da qualidade da escola básica, dificultando que pessoas com ensino fundamental sejam capazes de ler, interpretar, escrever, realizar cálculos básicos, conforme relatado pelos sujeitos da pesquisa.

Outra reflexão que se faz necessária é que, aparentemente, a falência da educação não é obstáculo para o capital, que resolve o problema da falta de conhecimentos mínimos dos trabalhadores (no limite do que interessa para a extração da mais-valia), elevando a exigência da titulação. Além disso, como nos lembra Braverman (1987) com a crescente automatização da produção, o conhecimento exigido do trabalhador sobre seu próprio trabalho é cada vez menor, indicando a possibilidade de contratação de pessoa com menos domínio técnico e, por isso mesmo, mais sujeitas a condições de trabalho mais precárias.

Se a indústria resolve a questão do esvaziamento da escola elevando o nível de escolaridade exigido para a contratação, são preocupantes as análises de Ribeiro e Neder (2009) a partir dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Eles demonstram que os jovens pobres têm mais dificuldade de inserção no trabalho, mesmo que tenham nível de escolaridade mais elevado. A taxa de desocupação no caso dos jovens pobres que têm de 11 a 14 anos de estudo não se reduziu, mas se elevou, o que indica, segundo os autores, que o esforço educacional não levou à queda dessa taxa.

Outra questão se coloca, portanto, para a continuidade do trabalho: que elementos são os que realmente impactam positivamente na possibilidade de inserção produtiva?

Como vários entrevistados se referem à experiência prévia como fator que contribuiu significativamente para sua contratação, somos levados a refletir sobre a valorização do conhecimento tácito na produção flexível. Segundo Kuenzer,

a relação entre conhecimento tácito e conhecimento científico na base microeletrônica não é de oposição, mas sim de articulação dialética (...) pois quando os sistemas não funcionam, a confiabilidade depende da subjetividade dos trabalhadores que lhes permite inventar soluções que tragam o sistema para a condição segura, evitando acidentes. (KUENZER, 2007, pg 1172-1173)

O reconhecimento do valor do fator humano para manter a confiabilidade do sistema de produção poderia ser um dos aspectos que poderiam estar levando as indústrias mais avançadas em termos tecnológicos, a preferirem a contratação de trabalhadores com experiência no chão de fábrica àqueles que, embora apresentem a conclusão da Educação Básica, não tenham ainda desenvolvido este saber tácito.

No mesmo texto a autora afirma que na produção flexível o conhecimento tácito “muda de qualidade, passando a exigir maior aporte de conhecimentos científicos que não podem ser obtidos somente por meio da prática, senão por meio de cursos sistematizados”. (KUENZER, 2007, pg.1173)

Mais uma vez somos levados a questionar o papel do ensino médio. Estará ele contribuindo para que os trabalhadores tenham acesso aos conhecimentos científicos necessários para a construção desse novo tipo de conhecimento tácito, que relaciona de maneira muito mais intensa, a prática e o conhecimento? A ampliação do acesso e da permanência no ensino médio, oferecendo um processo educativo que permita a compreensão dos princípios científicos e a aquisição das

categorias de análise da realidade poderia vir a se constituir, em elemento a favor das classes trabalhadoras, pois, como nos lembra Gramsci (1991), a elevação cultural das massas pode se constituir em elemento que favoreça o questionamento e a crítica ao atual estado de coisas. Mas, uma escola esvaziada de conteúdo se constitui, segundo este raciocínio, numa instituição “a serviço” do capital. Sem a qualidade necessária a possibilidade de transformação se fragiliza cada vez mais, e, longe de ser um “efeito indesejado”, o esvaziamento da escola se torna orgânico às necessidades de naturalização da exclusão da maioria da população.

Referências

ANTUNES, R. Trabalho e superfluidade. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 35-44.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**– a degradação do trabalho no século XX. 3ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

ANTUNES, 2001 pg 40

DEITOS, R. A. *Da afirmação da inadequação da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional à adequação às exigências políticas e econômicas hegemônicas (1995-1999)* In: HIDALGO, Ângela M.; SILVA, Ileizi L.F. (org) **Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90**. Londrina: Editora da UEL, 2001.

FRIGOTTO, G. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In.: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org) **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma perspectiva sobre as origens da mudança cultural**. 10 ed., São Paulo: Loyola, 2001.

KUENZER, A. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MATTOS, V. BIANCHETTI, L. **O alongamento da escolarização como alternativa ao desemprego: uma panacéia a mais no mundo do trabalho?** Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT09-5166--Int.pdf> Acesso em 05/07/2010.

MELO, A de. **O Projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área temática Educação e Trabalho, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação. Orientadora: Professora Doutora Lígia Regina Klein. 2010.

RIBEIRO, R.; NEDER, H. **Juventudes: desocupação, pobreza e escolaridade**. In: Nova Economia: Belo Horizonte 19(3) setembro-dezembro de 2009 pgs 475 a 506

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C.; ZIBAS, D.; MADEIRA, F.; FRANCO, M.L. (org) **Tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1999.

SUHR, I. **Os propósitos da reforma do ensino médio e os desígnios do mercado**: o olhar de recrutadores e de jovens inseridos no trabalho. Dissertação de Mestrado apresentada à linha de pesquisa Políticas e Gestão da Educação, sob orientação da Dra. Jussara M. T. P Santos. Curitiba, UFPR. 2004

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ªed. Porto Alegre: Bookmann, 2010.